

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL N° 059

Período: de 15/11/02 a 22/11/02

Franca – Brasil

- 1 - Secretário de Estado-adjunto dos EUA admite lobby contra aviões brasileiros
- 2 - Exército brasileiro irá comprar 51 viaturas novas para o transporte de soldados
- 3 - Futuro governo não opinará sobre a compra de caças
- 4 - Supremo Tribunal Federal deve arquivar sentenças envolvendo o uso dos jatos da Força Aérea Brasileira
- 5 - Quadrilha rouba munição militar em cidade do interior do Estado de São Paulo
- 6 - Exército ocupa o garimpo de Serra Pelada
- 7 - Proximidade da extinção da Lei de Segurança Nacional

Secretário de Estado-adjunto dos EUA admite *lobby* contra aviões brasileiros

É grande a repercussão da uma suposta intervenção norte-americana nas negociações entre Brasil e Colômbia para a compra, por parte desta última, de aviões Emb-314 Super Tucano, da brasileira Embraer, envolvendo US\$ 234 milhões, e desaconselhado pelo governo dos Estados Unidos, por meio de carta enviada pelo general James Hill, chefe do Comando Sul do Pentágono, à ministra da Defesa da Colômbia, Marta Lucia Ramírez Rincón. O documento foi revelado pelo jornal *O Estado de S.Paulo* há uma semana. O secretário de Estado-adjunto para a América Latina, Otto Reich, admitiu nesta quinta-feira (21) que os EUA sugeriram à Colômbia não comprar aviões de ataque para enfrentar a guerrilha. Segundo ele, a Colômbia não precisa agora de jatos de combate avançados, porque a guerrilha não tem força aérea e os combates são terrestres. Para ele, o que a Colômbia precisa é atualizar sua frota de transporte de tropas, principalmente helicópteros. Reich revelou que já tinha conversado com o presidente da Colômbia, Alvaro Uribe, e com outros membros do governo colombiano sobre o assunto. "A maior ameaça para os colombianos são os assassinatos, sabotagem, seqüestros, as bombas. O grande problema é lutar com esse tipo de guerra. Para isso, é preciso mobilidade", afirmou ele. O Super Tucano da Embraer é tido como o melhor do mundo na categoria dos aviões que disputam a compra pela Colômbia. Ele concorre com modelos da americana Raytheon Aircraft, da Pilatus suíça, da IAI de Israel e da estatal aeronáutica da Coreia do Sul. Reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo* revelou que as Forças Armadas americanas estavam exercendo *lobby* sobre a Colômbia contra a compra de aviões de ataque leves, e sugerindo que o país modernize sua pequena frota de velhos jatos A-37 e turboélices OV-10. Esses aviões são de fabricação americana, e o anúncio do cancelamento da compra dos aviões ocorreu no domingo (17), após a visita a Bogotá do general William T. Hobbins, chefe da 12ª Divisão de Aviação da Força Aérea do Comando Sul dos EUA. A ministra da Defesa da Colômbia, Marta Lucia Ramirez, negou a intromissão dos Estados Unidos no caso, pois ela mesma solicitou a opinião do general afirmando que isto daria ao governo "melhores elementos técnicos para decidir se compram estes aviões (Tucanos) ou se reformam (os antigos aviões em uso pelas FAC). A ministra disse que a carta que recebeu do general James T. Hill, recomendando a revisão da compra dos aviões, não significava uma

ingerência externa. O Departamento de Estado dos EUA, no início da semana passada, negou ter feito pressão, alegando que a correspondência era apenas uma troca natural de informações que os EUA costumam fazer "com seus aliados, entre eles a Colômbia", apesar de tudo indicar que a posição dos Estados Unidos tenha sido determinante para a desistência, já que a partir da assinatura do Plano Colômbia - de combate ao narcotráfico - em 1999, a influência norte-americana no país só aumentou. No entanto, a crescente participação americana na região provoca temores entre os vizinhos da Colômbia e fere as aspirações brasileiras de exercer um papel maior de liderança regional. Na República Dominicana, onde esteve para participar da 12.^a Cúpula Ibero-Americana, o presidente Fernando Henrique afirmou no sábado (16) ser "claramente contrário" à interferência norte-americana em questões comerciais que envolvam o Brasil. O presidente assegurou ainda que "vai brigar" para garantir que sejam comprados os aviões feitos pela Embraer. Fernando Henrique afirmou ainda que "o governo do Brasil sempre tem saído em defesa dos interesses da produção nacional, seja entrando na OMC (Organização Mundial do Comércio), seja entrando no processo de negociação direta com outros países", argumentou ele. O presidente colombiano, Álvaro Uribe, por sua vez, assegurou que seu governo ainda não tomou nenhuma decisão sobre o avião que comprará para as tarefas de patrulha armada, ataque a guerrilha e treinamento de pilotos militares. Uribe destacou que, na área de Defesa, só discutiu com Fernando Henrique o compartilhamento de informações do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), que possam auxiliar no combate aos rebeldes colombianos. Nesta semana, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Lafer, disse que o governo brasileiro defenderá os aviões da Embraer. Mas a posição brasileira a respeito da questão não é unânime entre os periódicos pesquisados pelo **Informe Brasil**: conforme publicação do jornal *Folha de São Paulo*, a posição brasileira é de não empreender esforços em defesa dos aviões construídos pela Embraer, segundo anúncio do Ministério das Relações Exteriores. De acordo com um ministro da Chancelaria, o Itamaraty não chegaria o ponto de questionar o processo na OMC (Organização Mundial do Comércio), por entender que a Colômbia tem soberania para escolher o tipo de avião que deseja para a sua Força Aérea. De acordo com o periódico, o porta-voz da Presidência brasileira, Alexandre Parola, afirmou que o entendimento do governo é que a compra foi suspensa, não havendo, portanto, o que comentar sobre o tema. No entanto, o jornal *O Globo* publicou que o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, afirmou no último dia 19, em Brasília, durante a Cúpula Parlamentar de Integração Continental, que a embaixada do Brasil nos Estados Unidos foi acionada para defender os interesses da Embraer na venda de aviões para o governo da Colômbia. Segundo o ministro, as negociações que estão sendo conduzidas pelo embaixador Rubens Barbosa visam a convencer as autoridades norte-americanas que o produto brasileiro atende às exigências da Colômbia, mas o Itamaraty reconhece que as decisões dos países são soberanas e que a única medida que o Brasil pode tomar é promover a qualidade dos produtos no exterior. A guerrilha na Colômbia foi também tema do encontro de Reich com a equipe do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva. (O Estado de S. Paulo – Nacional -18/02/02; Folha de São Paulo – Mundo – 19/11/02; O Globo – Economia – 19/11/02; Correio Braziliense – Política – 19/11/02; Jornal do Brasil

– Economia – 19/11/02; O Globo – Economia – 20/11/02; O Estado de S. Paulo – Nacional - 22/11/02)

Exército brasileiro irá comprar 51 viaturas novas para o transporte de soldados

O Exército brasileiro deve gastar R\$ 4 milhões na compra de 51 viaturas Land Rover para o transporte de soldados. (Jornal do Brasil – Informe JB – 19/11/02)

Futuro governo não opinará sobre a compra de caças

O futuro governo não deverá ter qualquer participação na compra dos novos caças da Força Aérea Brasileira (FAB), embora o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva tenha dito diversas vezes que gostaria de ser ouvido sobre a operação, estimada em cerca de US\$ 700 milhões. Segundo uma fonte graduada da área militar, o Partido dos Trabalhadores será convidado a participar da reunião do Conselho de Defesa, ainda sem data marcada, quando será escolhido o grupo vencedor da licitação, e receberá todas as informações relacionadas ao processo, mas a decisão final será do atual governo. A orientação do presidente Fernando Henrique Cardoso é fornecer ao novo governo todos os detalhes de decisões tomadas que terão reflexos futuros, incluindo a compra das aeronaves. No entanto, diante da pouca perspectiva de que o Partido dos Trabalhadores acompanhe o processo antes de seu desfecho, dificilmente Lula enviará um representante para a reunião do Conselho de Defesa. (O Globo – O País – 19/11/02)

Supremo Tribunal Federal deve arquivar sentenças envolvendo o uso dos jatos da Força Aérea Brasileira

Cinco dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram neste dia 20 a favor do foro privilegiado daquele tribunal para ministros de Estado acusados de atos de improbidade administrativa. Portanto, esses ministros não podem ser processados e julgados pela Justiça comum. Em consequência, consideraram também extinta a sentença da Justiça Federal comum que condenou o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, à perda do cargo e dos direitos políticos por oito anos, em virtude de "uso indevido" de um jatinho da Força Aérea Brasileira. A decisão irá beneficiar autoridades federais que, há dois anos, foram flagradas usando aviões da FAB para realizar passeios de turismo, com familiares, na ilha de Fernando de Noronha (Estado de Pernambuco). O ministro Gilmar Mendes, em 28 de outubro, também deferiu liminar em benefício dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Casa Civil, Pedro Parente, ambos envolvidos nas mesmas viagens turísticas em aviões da FAB. (Jornal do Brasil – Brasil – 20/11/02; Jornal do Brasil – Brasil – 21/11/02)

Quadrilha rouba munição militar no interior do Estado de São Paulo

Uma quadrilha formada por pelo menos quatro homens roubou na madrugada do dia 20, em Lorena (interior do Estado São Paulo), suprimentos militares de grande poder de destruição. Segundo boletim de ocorrência registrado na Delegacia de Lorena, foram roubados da empresa Target Engenharia e Comércio 225 granadas antiaéreas lançadas por aviões, 350 metros de cordel detonador com explosivos, 10 quilos de pólvora e 5 mil espoletas usadas na fabricação de cartuchos de espingarda calibre 12. A empresa é especializada em montagem de granadas e detonadores. As vítimas contaram que os assaltantes sabiam o que procuravam e disseram "achamos" quando

encontraram as granadas usadas pela Marinha do Brasil. Na tarde de terça-feira, a empresa havia recebido material da base da Marinha no Rio para montar 1.500 granadas. A polícia suspeita que a quadrilha sabia do recebimento desse material. Segundo o delegado José Willy Giaconi é prematuro afirmar que a quadrilha é do Rio de Janeiro ou que pertença a alguma facção criminosa. Os oficiais do Exército estiveram na fábrica para ajudar na contagem do material roubado. Os suprimentos roubados eram de uso exclusivo militar. (O Estado de São Paulo – Cidades – 21/11/02)

Exército ocupa o garimpo de Serra Pelada

Cerca de 600 homens do Exército e da 23.^a Brigada de Infantaria e Selva de Marabá ocuparam, na madrugada do último dia 20, o garimpo de Serra Pelada, em Curionópolis, sul do Estado do Pará. No domingo, o governador Almir Gabriel pediu ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que os militares entrassem no garimpo, onde dez mil garimpeiros ligados a três grupos rivais ameaçavam entrar em confronto. As desavenças entre os garimpeiros, que disputam o comando da Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, se acirraram domingo após a morte do presidente do Sindicato dos Garimpeiros de Curionópolis, Antonio Clênio Cunha Lemos, assassinado a tiros por um pistoleiro. Ele estava concluindo um relatório com uma lista da qual fariam parte 43 mil garimpeiros com "direitos adquiridos" sobre a exploração da mina de Serra Pelada, onde existiria uma jazida com 100 toneladas de ouro. Eles ainda teriam direito a receber R\$ 108 milhões da Caixa Econômica Federal pela venda ao governo do paládio (rejeito do ouro) em 1985. Os militares chegaram em 15 caminhões de transporte de tropas e entraram na cidade quando todos dormiam. Imediatamente iniciaram uma operação para localizar armas e remover trincheiras construídas dentro do garimpo e na estrada de acesso por garimpeiros ligados ao ex-agente do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI), e atual prefeito da cidade, Sebastião Curió Rodrigues de Moura. O grupo de Curió vem impedindo há uma semana a entrada no garimpo de seis mil garimpeiros comandados pelos sindicalistas Luiz da Mata e Raimundo Benigno. A ação do Exército surpreendeu os garimpeiros. Em Marabá, nenhum militar quis se pronunciar sobre a ocupação, mas uma fonte informou que ninguém entra ou sai do garimpo enquanto o Exército não desarmar todos os garimpeiros e restabelecer a ordem na região. O secretário de Defesa Social do Pará, Paulo Sette Câmara, disse ao jornal *O Estado de S.Paulo* que a presença do Exército no garimpo não significa intervenção federal, pois foi o governador quem a solicitou. (Folha de São Paulo – Brasil – 20/11/02; O Estado de São Paulo – Nacional – 21/11/02; Correio Braziliense – Brasil – 21/11/02)

Proximidade da extinção da Lei de Segurança Nacional

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aprovou por unanimidade o projeto dos deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) Milton Temer (RJ) e José Genoíno (SP) que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN). A proposta de revogação da LSN será agora submetida ao plenário da Câmara. A derrubada da lei - considerada um dos últimos resquícios da ditadura militar - deixou os parlamentares, especialmente da esquerda, exultantes. A LSN foi promulgada em 4 de abril de 1935 para que Getúlio Vargas fizesse frente aos crimes "contra a ordem política e social", mas a lei começou a ganhar versões mais rigorosas a partir do Decreto - Lei 314, assinado pelo presidente

Costa e Silva. Segundo o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), a lei foi usada para reprimir toda forma de oposição ao regime militar. Até mesmo o presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva foi vítima da LSN, quando em 1980 passou 31 dias na cadeia, acusado de subversão. A lei estava praticamente em desuso desde a redemocratização, mas há quatro anos um delegado da Polícia Civil do Paraná resolveu enquadrar militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) na LSN. A decisão do delegado, considerada um equívoco até pelo governo, reabriu a discussão sobre a necessidade de pôr um fim à lei. A partir daí, o presidente Fernando Henrique pediu ao Ministério da Justiça um projeto alternativo à LSN. Com boa parte da base do governo trabalhando a favor, os parlamentares de esquerda não tiveram dificuldades para aprovar, na CCJ, o projeto de Genoíno e Temer, que revoga a lei, cuja última versão é de 1983. A partir de agora, serão votadas outras regras de proteção ao Estado. Para Greenhalgh, é importante que o Estado tenha uma lei de autodefesa, desde que assentada em regras democráticas e que nunca sejam usada como instrumento de restrição das liberdades individuais. (O Globo – O País – 21/11/02; Jornal do Brasil – Brasil – 21/11/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godoy, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.